

# Pressão pelo reajuste precisa crescer

O servidor da Justiça Federal Augusto Gaia, que foi eleito em Assembleia para representar os servidores de Santa Catarina e está em Brasília, acompanhou as movimentações de ontem e hoje participa do Ato dos Federais. Ele conversou com várias lideranças, inclusive os senadores Dário Berger (PMDB-SC) e Lasier Martins (PDT-RS), pedindo apoio para aprovação do reajuste da categoria.

Na avaliação dele, ficou claro que o STF segue a cartilha do governo, com pouca preocupação com a situação dos salários dos servidores. A categoria precisa, então, mostrar sua força. "Não podemos esmorecer, agora é hora de ter consciência que só com a nossa pressão vamos atingir nosso objetivo, que é a reparação das perdas salariais", afirma (veja a avaliação completa no verso).

## Proposta de negociação

O líder do governo no Senado e membro da CCJ daquela Casa, senador Delcídio Amaral (PT/MS), quer levar o projeto de lei do reajuste (28/2015) para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), da qual é presidente. A proposta foi feita aos representantes da Fenajufe e sindicatos de servidores que iriam acompanhar a sessão da CCJ ontem, 13, cancelada por falta de quórum.

Ele disse aos servidores presentes no Senado que o projeto será votado na próxima semana na CCJ, mas que vai requerer o encaminhamento à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida por ele. O

parlamentar assumiu o compromisso de em 15 dias apresentar proposta de acordo negociado entre governo e STF com a participação da federação e sindicatos. Não havendo acordo, o compromisso então será de relatório favorável e votação, na CAE, do projeto como está. Como presidente da CAE, o próprio Delcídio garantiria a participação da Fenajufe nesta negociação.

Segundo a coordenadora da Fenajufe Mara Rejane Weber, o processo de negociação requer mobilização. "Interessa para a categoria o fechamento do acordo orçamentário e não jogar o projeto para uma possibilidade de veto. Essa pressão do governo só veio porque a categoria, através da Fenajufe e dos sindicatos da base, conseguiu fazer o projeto andar", disse ela. Agora, a avaliação é que é preciso organizar um calendário de mobilização que seja progressivo e garanta o fechamento de acordo sem o rebaiamento de tabela, no menor prazo possível.

Os coordenadores gerais da Fenajufe também estiveram reunidos com representantes do STF. Na pauta, a exigência de proposta do tribunal ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) para instalação de uma Mesa Permanente de Negociação entre o Judiciário (STF), MPU, governo (Planejamento) e Fenajufe.

## Dados levianos

Em função da nota divulgada na última terça-feira (12) pelo Ministério do Planejamento, em que apre-

senta a posição contrária do governo ao reajuste dos servidores do Judiciário Federal, a Fenajufe emitiu nota para refutar e esclarecer os vários equívocos contidos no texto e pontuar os argumentos que comprovam ser necessária e urgente a aprovação do projeto do reajuste. O documento do governo contém graves omissões e deturpa informações, na clara tentativa de confundir os fatos e distorcer de forma significativa os custos referentes ao PLC 28/2015, o projeto de reajuste.

Um dos pontos é que, a despeito do que foi dito, erroneamente, que desde 2005 houve crescimento real de salários, é necessário pontuar que a última reposição efetiva de perdas salariais acumuladas pelos servidores do Judiciário Federal ocorreu com aprovação da Lei 11.416/2006, que começou a vigorar a partir de junho de 2006, com efeitos financeiros integralizados apenas em dezembro de 2008. Desde então, apenas em 2012 foi aprovada reposição parcial de 15,8%, concedida a todo o funcionalismo federal, parcelada em três vezes até 2015, que

se mostrou insuficiente para repor o total de perdas acumuladas até então, fato reconhecido pelo próprio governo e STF.

A nota também questiona a estimativa feita pelo governo do custo do reajuste, classificada de grosseira e leviana. O STF fez estimativa de impacto do projeto, que incide sobre a remuneração dos cargos efetivos, tendo apurado custo total de R\$ 10,3 bilhões, a ser escalonado em seis parcelas até fins de 2017. Sendo assim, é manipulação grosseira e leviana do governo a indicação de estimativa de impacto no montante de R\$ 25,7 bi, com manifesta intenção de induzir os senadores e a imprensa a erro de avaliação e fomentar a rejeição da opinião pública ao projeto.

Se o custo indicado pelo governo fosse real, sairia muito mais barato negociar a aprovação do projeto para pagamento à vista, em uma única parcela, fazendo-se economia de mais de R\$ 15 bi, diz a nota, cujo conteúdo completo está no site do Sintrajusc.

## Relato das negociações pelo reajuste em Brasília

Veja trechos da avaliação do servidor da Justiça Federal, Augusto Gaia, que foi eleito em Assembleia para representar os servidores de Santa Catarina e está em Brasília:

*Hoje em Brasília, o governo mostrou suas garas. Aqui em Brasília o sentimento dos colegas servidores que estiveram presentes na Sessão da CCJ é de que, num ato de desespero, em razão da iminência da aprovação do PLC 28/2015, a presidente Dilma mandou o líder do governo no Senado, Delcídio Amaral, fazer o possível para postergar a definitiva aprovação do projeto que trata de nossa reposição salarial. O sentimento é de indignação total com a propositura do referido senador líder do governo, de que deveria encaminhar o projeto para a CAE, comissão na qual ele é presidente, e onde poderá deixar por prazo indefinido sem apreciação, até que o governo recupere forças no Senado para rejeitá-lo”.*

O servidor informa ainda que o consenso entre todos as lideranças sindicais com que falou é que a categoria precisa deflagrar greve e mostrar sua força. E continua:

*Além disso, os sindicatos devem exigir do MPOG que mostre as contas reais, e não o relatório*

*fantasioso para manipular a opinião dos legisladores e da opinião pública. Também ficou claro que o STF está seguindo a cartilha do governo e não está nem um pouco preocupado com a situação dos salários dos servidores.*

*Enfim, o PL 28/2015 pode ser aprovado à revelia do governo, mas para que isso ocorra é importante mostrarmos nossa força fazendo uma forte paralisação e pressionando de todas as formas possíveis os senadores para que não aceitem o que o senador líder do governo pretende. Dilma está enfraquecida, perdeu o controle da situação e nós servidores precisamos ser fortes agora para não chorar depois.*

*Estive em contato com colegas de sindicatos de todo o Brasil, São Paulo, Bahia, Minas Gerais, Brasília, Rio Grande do Sul, Rondônia e outros. Esse é o resumo que faço de tudo que vi e ouvi. E ainda visitei os Senadores Dário Berger e Lasier Martins, os quais manifestaram apoio e mostraram-se cientes da ação de Delcídio Amaral.*

*Não podemos esmorecer, agora é hora de ter consciência que só com a nossa pressão vamos atingir nosso objetivo, que é a reparação das perdas salariais.*